

Parecer ao Pedido de Vistas
Processo Administrativo para Licença de Operação

EMPREENDEDOR: Ferro + Mineração S.A. **CNPJ:** 21256870000287

EMPREENDIMENTO: Ferro + Mineração S.A.

Municípios : Congonhas

PA COPAM nº 23045/2010/005/2018

DNPMs: 833.368/2010, 830.106/2014, 830.106/2014, 830.107/2014, 830.108/2014

Nº PARECER ÚNICO Nº 005/2019 - Protocolo SIAM: 0017204/2019

ATIVIDADES OBJETO DO LICENCIAMENTO

CÓDIGO	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04)
CLASSE 4	
A-02-03-8	Lavra a céu aberto - Minério de ferro
A-05-04-7	Pilhas de rejeito/estéril

BACIA FEDERAL: Rio São Francisco BACIA ESTADUAL: Rio das Velhas

UPGRH: SF3

INTRODUÇÃO

Trata-se de processo Administrativo de licenciamento ambiental tendo como objetivo obtenção de Licença de Operação.

A Ferro+ Mineração S.A., localizada no Município de Congonhas/MG, formalizou, em fevereiro de 2014, processo de licenciamento ambiental visando à obtenção da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação para atividade de ampliação da lavra a céu aberto de minério de ferro, bem como a implantação de quatro pilhas de estéril.

A ampliação de cava relaciona-se com as poligonais minerárias: DNPM 833.368/2010, 830.106/2014, 830.107/2014 e 830.108/2014 de titularidade da Vale S.A, cujos direitos foram arrendados à empresa Ferro+ Mineração S.A.

De acordo com o contrato de arrendamento em vigor, as operações de lavra referem-se a uma extração de 1.000.000 toneladas/ano (t/ano) (LO Nº 054/2012), sendo prevista a ampliação da produção de ROM para 2.000.000 anuais.

Em junho de 2017 o empreendedor obteve aprovação da proposta de compensação ambiental da Mata Atlântica junto à Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Área Protegidas-CPB-COPAM.

Em outubro de 2018 foi realizada vistoria ao empreendimento para constatar a implantação do empreendimento.

Este processo de licenciamento se integra ao processo COPAM 3886/2007/015/2014 onde está prevista a ampliação da UTM. As duas ampliações estão sendo avaliadas conjuntamente.

INTRODUÇÃO

Caracterização do empreendimento

As operações de lavra e a disposição de material estéril serão executadas pela empresa Ferro+, com toda a estrutura já existente, de sua titularidade, mantendo-se a mesma rotina operacional existente no empreendimento. A estrutura existente não deverá ser alterada, mantendo-se o número de empregados, os equipamentos e as unidades de apoio (escritórios, oficinas, refeitório, postos de combustíveis, etc), uma vez que a mina encontra-se equipada para atender à demanda da ampliação.

Em dezembro de 2018 o empreendedor apresentou comprovação de parte da implantação das obras da ampliação, conforme descrição abaixo.

Pilha Rodovia

A Pilha da Rodovia será a primeira deposição a ser ampliada, já que a mesma possui um sistema de contenção de sedimentos robusto, denominado dique do Josino. Deste modo, optou-se pela instalação desta PDR, inicialmente, por se tratar de uma operação ambientalmente segura no período chuvoso. Além disso, a PDR Rodovia já possuía acessos, sendo necessária somente a abertura de uma conexão com a área de desmate para as obras de instalação do dreno de fundo, bem como a conexão deste com os já existentes, conforme também já descrito no parecer de vistas para o PA 3886/2007/016/2018, DNPM 002.700/1936, de titularidade da Fe+ uma vez que serão atividades desenvolvidas conjuntamente.



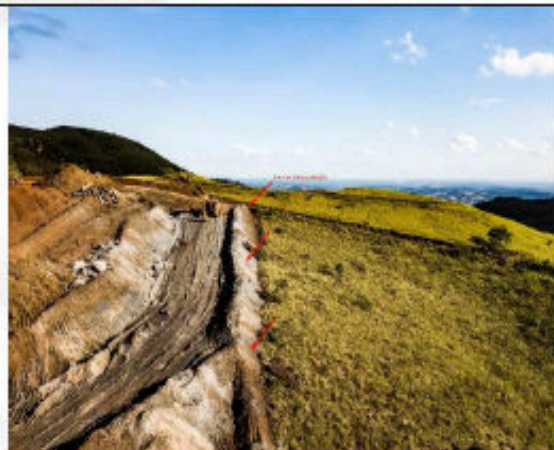
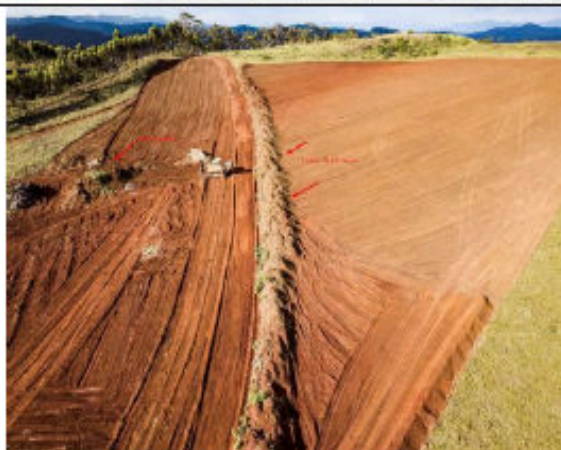
Início de implantação da instalação da PDR

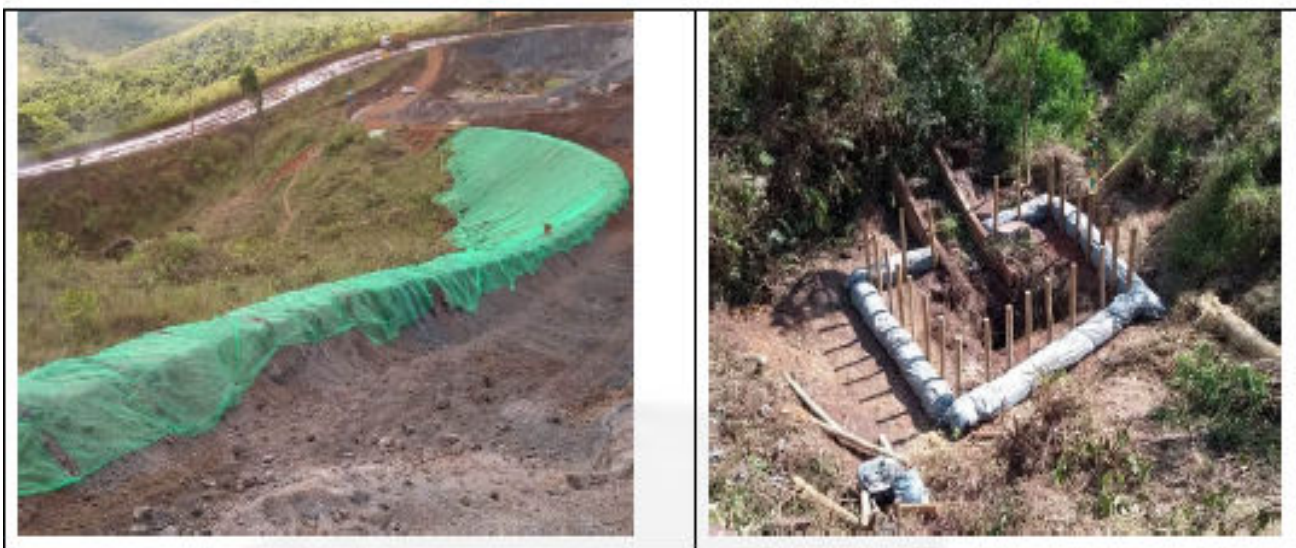


Etapas de construção/conclusão do dreno da ampliação da PDR

PREPARAÇÃO DE ÁREAS da LAVRA E PILHA DE ESTÉRIL SUL

LAVRA E PILHA DE ESTÉRIL SUL





CONSTRUÇÃO DE DIQUES DE CONTENÇÃO DE SEDIMENTOS E ESCADAS HIDRÁULICAS QUANDO DA FASE DE INSTALAÇÃO .OBRAS JÁ CONCLUÍDAS

Após a implantação das estruturas de contenção já concluídas, é possível dar continuidade à avaliação da concessão da licença de operação.

Cronograma de Implantação

Considerando que a ampliação do empreendimento ocorrerá gradativamente, o empreendedor apresentou cronograma de implantação de todo o projeto de ampliação.

De acordo com o cronograma apresentado, as obras de implantação de todas as estruturas previstas na ampliação serão concluídas em dezembro de 2019. Destaca-se que a licença atual possui validade até outubro de 2024. Ressalta-se que a validade do DAIA autorizando a supressão da vegetação ficará vinculada à licença de operação nos termos do art. 3, parágrafo 2º da **Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1905, de 12 de agosto de 2013** :

“§2º O prazo de validade da AIA será o mesmo da licença ambiental, salvo quando expressamente definido prazo inferior pela Unidade Regional Colegiada - URC do Copam, em função do tipo e porte da intervenção”.

A Lavra

A lavra do minério de ferro será realizada conforme as operações atuais, tratando-se de uma mina a céu aberto, com bancadas de 10m de altura e bermas com larguras mínimas de 6m.

O minério apresenta características físicas predominantemente friáveis, conhecido como Itabiritos Friáveis. Portanto, o desmonte e o carregamento do minério são feitos de forma simultânea através da utilização de escavadeiras hidráulicas, que carregam diretamente os caminhões nas frentes de lavra. O estéril é constituído por capeamento argiloso pouco consolidado, faixas de materiais argilosos e por blocos de itabiritos

semi-compactos e compactos que ocorrem intercalados aos itabiritos friáveis. Quando o material se apresenta muito compacto, o desmonte é feito através da utilização de explosivos apenas para reduzir a consistência do material, permitindo, assim, sua escavação com o uso das escavadeiras.

Nesta operação serão utilizadas perfuratrizes pneumáticas que executam furos normalmente de 3" de diâmetro, que são carregados com explosivos a base de nitrato de amônia. Uma vez desmontado, o material será carregado com o uso de escavadeiras, em caminhões, que transportam o minério para a planta de beneficiamento ou o estéril para as pilhas de estéril. Para a produção anual de 2.000.000 t/ano de minério bruto, está prevista a movimentação de estéril de 35.000 t/mês, significando uma relação E/M na ordem de 0,42.

O regime de operação será de 25 dias/ mês (segunda a sábado), em 2 turnos de 8 horas

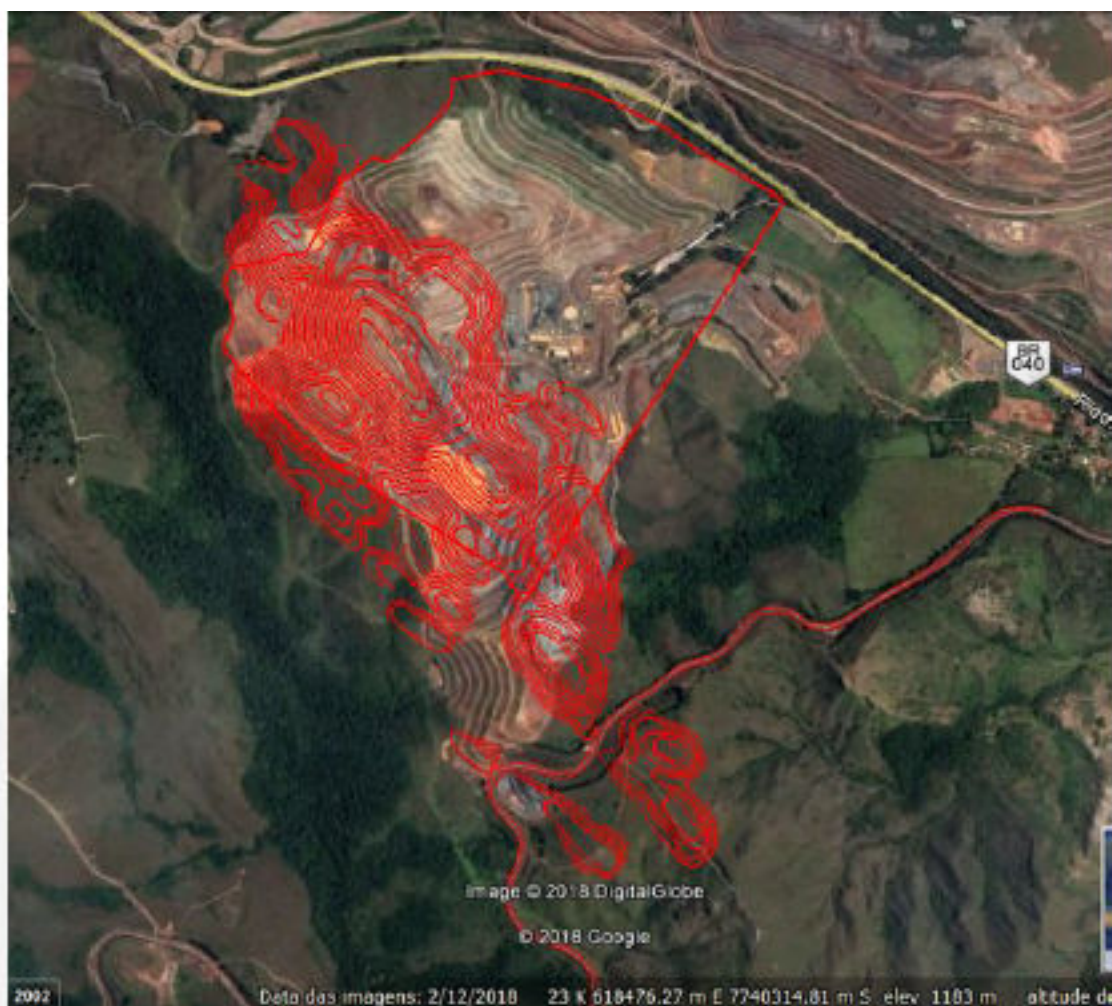


Figura 1: ADA da ampliação da cava

Perfuração e desmonte

Tratando-se de operação executada de forma apenas esporádica, devidos às características do minério e do estéril, a Ferro+ conta com equipamento de perfuração, perfuratriz pneumática Rock Drill, alimentada por compressor XA-350, com capacidade

para efetuar furos de até 5 polegadas de diâmetro. Normalmente, são realizados furos de 3” de diâmetro em itabiritos compactos e semi-compactos, quando necessário. Desmontes com explosivos, quando utilizados, são granulados à base de nitrato de amônia. As amarrações são feitas com cordel detonante.

Rebaixamento de nível d’água

Até onde se tem conhecimento, não há indicação de que a lavra atingirá o lençol freático.

Portanto, não haverá necessidade de realização de rebaixamento de NA.

Carregamento e transporte na Mina

A operação de carregamento do minério (ROM) é feita com o uso de retroescavadeiras hidráulicas, modelo Liebherr 944 (porte 34t), que escava e carrega o minério e/ou estéril “in situ”. Nesta operação normalmente são utilizadas 3 retroescavadeiras (duas nas frentes de minério e uma na frente de estéril). Para o transporte do ROM e do estéril, são utilizados caminhões Mercedes Benz, com capacidades de carga de 30 t a 35 t. Nesta operação são utilizados 9 caminhões, sendo 6 nas frentes de minério e 3 nas frentes de estéril. O minério (ROM) proveniente das diversas frentes de lavra é depositado em pilhas intermediárias localizadas em frente ao silo de alimentação da Instalação de Tratamento de Minério (ITM).

Expedição do produto

A expedição do minério produzido é realizada por meio de carretas com capacidade de 25 t. Todo o produto resultante do beneficiamento deste minério (ROM) será destinado à empresa Vale (Mina Fábrica), localizada em frente à Mina Ferro+, e o transporte da Mina Ferro+ até a Mina Fábrica será feito utilizando-se o acesso já existente que interliga as duas minas, praticamente não utilizando a BR-040.

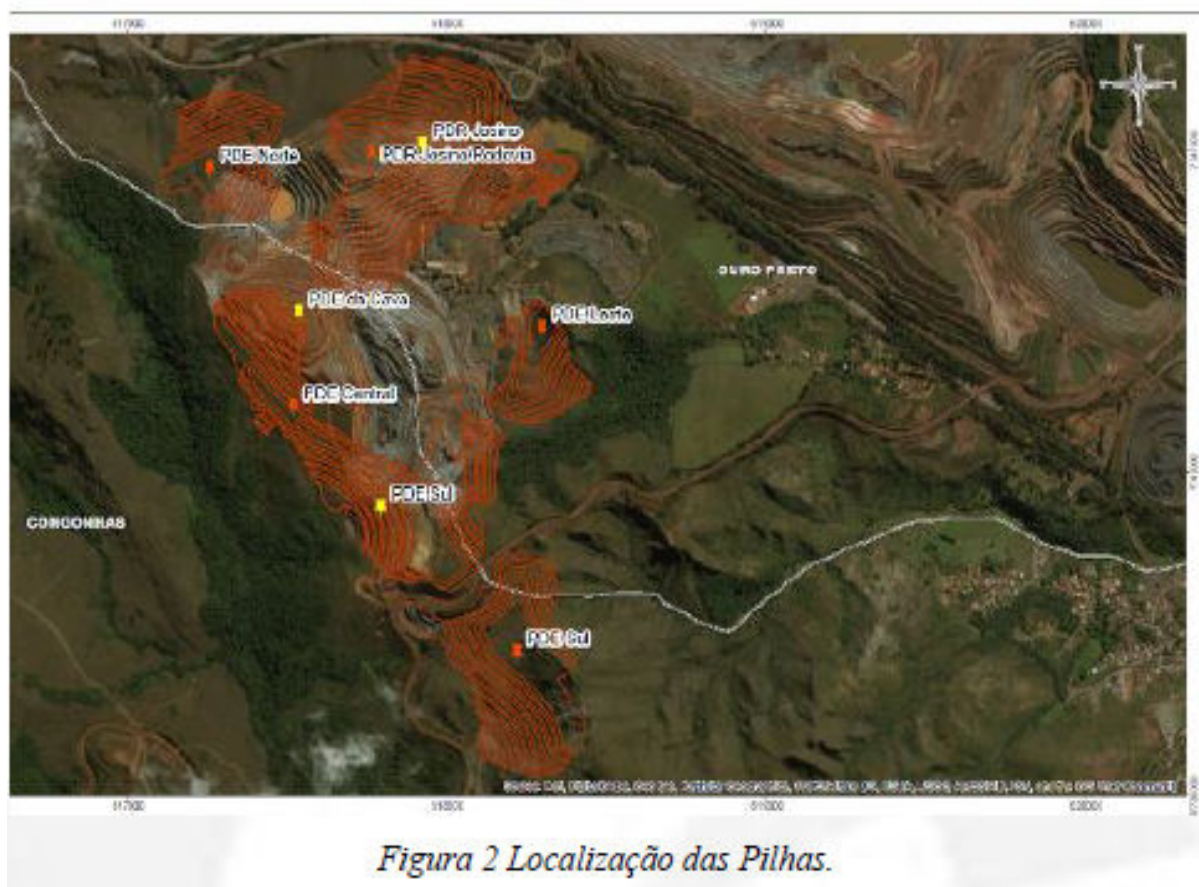
Quadro de Pessoal e Turno de Trabalho

A mina opera com um efetivo de pessoal de 164 funcionários, que realizam suas atividades em 2 ou 3 turnos de trabalho, a depender da função exercida.

Caracterização das pilhas de estéril/rejeito objeto do licenciamento

Pilhas de Estéril e Rejeito

Para as atividades de ampliação da mina, é prevista a continuidade da disposição do estéril e rejeito nas pilhas já licenciadas e nas pilhas em licenciamento, sendo elas a **Pilha Central, Pilha Sul, Pilha Norte e Pilha Leste**. Essas pilhas serão instaladas de acordo com o avanço da lavra, uma vez que parte das mesmas estarão incluídas na área da mina.



Para a elaboração do projeto, os locais de disposição do estéril e do rejeito foram pré-definidos em função do espaço disponível, das características dos materiais e dos terrenos.

No estudo da geometria das pilhas foram analisadas as características dos materiais de deposição de forma a garantir adequados fatores de segurança para o maciço e as condições de estabilidade dos taludes, visando o desenvolvimento dos trabalhos e as condições de estabilidade da pilha final.

Os materiais a serem depositados nas pilhas serão os capeamentos argilosos (destaque em vermelho), grande parte lateríticos, e os rejeitos da planta de beneficiamento, após desaguamento, podendo também receber parte de blocos de itabiritos semi-compactos e compactos.

Na Pilha Central será depositado o material estéril da mina. Os rejeitos a serem dispostos na Pilha Leste serão os gerados na planta de beneficiamento e que já estão sendo depositados na pilha atual. Nas Pilhas Sul e Norte serão depositados os rejeitos gerados na planta de beneficiamento e os estéreis provenientes do decapeamento da mina. Os depósitos serão implantados de forma ascendente. O sistema de drenagem consiste em canaletas revestidas de concreto, escadas hidráulicas e áreas de espera associadas a enrocamentos e bacias de contenção de sedimentos, a jusante. As drenagens internas serão executadas em enrocamento envolto por manta geotêxtil. Após cada etapa de evolução, ela deve ser revegetada com cobertura vegetal por processo de hidrossemeadura ou plantio manual de gramíneas, leguminosas e espécies nativas para proteção de aterros e cortes, inclusive dos acessos.

Aspectos Gerais das Pilhas

Os bancos definidos das pilhas serão formados de maneira ascendente, conforme técnica convencional empregada neste tipo de operação.

Para lançamento de material de um banco superior sobre outro, na berma de baixo deverá ser formada uma leira definidora do patamar mínimo a ser preservado (berma de segurança), para limitar a disposição do material. Esta leira será formada com o próprio estéril ou rejeito.

As pilhas deverão ser executadas conforme especificado nos projetos, deixando sempre, a cada 10,00 metros de altura, bermas de 10,00 metros e taludes com ampliação de 1V:1,5H, mantendo sempre o talude global superior ou igual ao talude final (1V:2,30H).

Há necessidade de execução de drenagens superficiais, que terão por objetivo conduzir adequadamente as águas superficiais a deságue seguro, de modo a preservar os taludes e bermas contra os processos erosivos, durante a incidência de precipitações mais intensas, minimizando erosões e consequente assoreamento dos vales a jusante.

Cada etapa de alteamento da pilha deverá visar à drenagem superficial, para minimizar os efeitos de erosões, tanto das bermas como dos taludes. O sistema integrado de drenagem, composto de sarjetas, canaletas de “off sets” e escada de descida d’ água, deverá ser estendido à medida que prosseguirem os alteamentos sucessivos da pilha.

Drenagem Interna das Pilhas

As condições de drenagem interna vão depender essencialmente das características do solo, do meio físico local e do fluido percolante, quantificadas por meio da chamada condutividade hidráulica da pilha. Sob as pilhas, ao longo dos talvegues, serão executados sistemas de drenagem interna, através de drenos profundos com a finalidade de criar caminhos preferenciais para o escoamento das águas, evitando-se potenciais riscos de erosão interna. A função da drenagem profunda será a de evitar a formação de pressão neutra, garantindo, assim, maior fator de segurança à ruptura do maciço. Os drenos de fundo serão executados nos talvegues principais e secundários. Diferentes dimensões de drenos de fundo serão executados sob as pilhas e serão dimensionados de acordo com cada caso, sendo adotados drenos constituídos por pedra de mão envoltos em manta geotêxtil. Ressalta-se que não existem nascentes nas áreas sob as pilhas, os talvegues são secos e recebem apenas águas pluviais.

Drenagem Superficial

Após cada etapa de evolução das pilhas, será executado um sistema de drenagem superficial, desviando as águas pluviais para jusante, para evitar erosão dos taludes. Os sistemas de drenagem superficiais das pilhas terão por finalidade proteger e captar as águas que chegam ao corpo da pilha, provenientes das áreas adjacentes, e também captar as águas pluviais que incidam diretamente sobre a pilha, conduzindo-as para local de deságue seguro, sem comprometimento da estrutura. As drenagens projetadas para as deposições permitirão o rápido escoamento das águas superficiais, minimizando, dessa forma, as possibilidades de infiltrações. Para facilitar a implantação e operação do sistema, os níveis inferiores de lançamento dos bancos foram definidos de tal modo que, na finalização dos lançamentos, as bermas interceptem o terreno natural, em nível. O sistema integrado de drenagem deverá ser estendido, à medida que prosseguirem os alteamentos sucessivos da pilha de estéril/rejeito.

Nos níveis superiores, quando o depósito subir acima do terreno natural, o escoamento das águas pluviais será feito através de descidas d’ água em concreto armado.

As bermas terão inclinação transversal sentido borda - pé $\geq 2,0\%$ e longitudinal $\geq 0,5\%$ em direção às drenagens de “off set”, nas ombreiras, e as escadas de descida d’ água. As drenagens superficiais das bermas e proteção de pé dos taludes terão sarjetas de banquetas, canaletas em “V”, dispostas nos pés dos taludes.

Ao longo das bordas das bermas, para maior segurança do tráfego de veículos automotores e melhoria do sistema de drenagem superficial, preservação dos taludes acabados da pilha, serão executadas leiras trapezoidais de proteção.

As águas oriundas das canaletas das plataformas serão direcionadas às estruturas de descida de água de “off sets” da pilha, ao longo do contato da mesma com o terreno natural.

Nos pontos de lançamento das águas provenientes dos canais de descida de água serão executadas estruturas de dissipação de energia, através de valas escavadas no terreno, preenchidas com pedras de mão. O sistema hidráulico terá caixas de passagem nos pontos de mudança brusca de direção do fluxo.

Foi considerada a construção de bacias de contenção de sedimentos a jusante das pilhas, cuja função será a contenção de sólidos erodidos, tanto na etapa de preparo de terreno de fundação, como nas etapas construtivas das pilhas. As drenagens superficiais das pilhas serão encaminhadas para “sumps”, simples bacias de contenção de sedimentos escavadas a jusante das drenagens de saída dos depósitos. Essas bacias de contenção de sedimentos terão a função de promover o amortecimento e a decantação das águas provenientes das pilhas. Haverá sistema de drenagem superficial também nas áreas de apoio e vias de acessos das pilhas

Principais Características da Pilha “Norte”

A Pilha de estéril/ rejeito “Norte” será implantada em torno da coordenada UTM 617.350E e 7.741.000N, a noroeste das instalações da Ferro + e ocupará uma área de cerca de 10,2 hectares . Suas principais características são:

- Largura mínima de berma: 10 m;
- Inclinação do talude de estéril: 2 V : 3 H;
- Altura de talude entre bermas: 10 m;
- Altura máxima final: 65 m (1270- 1205);
- Inclinação geral do talude de jusante: 1V: 2,42H (~22,4°);
- Largura mínima das rampas de acesso: 12 m;
- Inclinação de rampas: 10%;
- Área da Pilha: 10,2 hectares;
- Volume de acumulação total: ~ 3.356 mil m³ de estéril/ rejeito.

Pilha “Central”

A Pilha de estéril “Central” está localizada a sudoeste das instalações e sua ampliação

ocupará uma área de cerca de 29,8 hectares (Quadro 4.4), em torno da coordenada UTM 617.750E e 7.740.0100N. Suas principais características são:

- Largura mínima de berma: 10 m;
- Inclinação do talude de estéril: 2 V : 3 H;
- Altura de talude entre bermas: 10 m;

- Altura máxima final: 70 m (1280 - 1210);
- Inclinação geral do talude de jusante: 1V: 2,36H (~23°);
- Largura mínima das rampas de acesso: 12 m;
- Inclinação de rampas: 10%;
- Área da Pilha: 29,8 hectares;
- Volume de acumulação total: ~ 7.060 mil m³ de estéril.

Pilha “Sul”

A Pilha de estéril/ rejeito “Sul” ocupará uma área de cerca de 20 hectares (Quadro 4.5) e será implantada em torno da coordenada UTM 618.275E e 7.739.450, ao sul das instalações. As principais características da Pilha Sul são:

- Largura mínima de berma: 10 m;
- Inclinação do talude de estéril: 2 V : 3 H;
- Altura de talude entre bermas: 10 m;
- Altura máxima final: 90 m (1270 - 1190);
- Inclinação geral do talude de jusante: 1V: 2,41H (~22,5°);
- Largura mínima das rampas de acesso: 12 m;
- Inclinação de rampas: 10%;
- Área da Pilha: 20 hectares;
- Volume de acumulação total: ~5.347 mil m³ de estéril/ rejeito.

Pilha “Leste”

A Pilha de rejeito “Leste” ocupará uma área de cerca de 7 hectares (Quadro 4.6) e será implantada em torno da coordenada UTM 618.335E e 7.740.800N. Suas características são:

- Largura mínima de berma: 10 m;
- Inclinação do talude de estéril: 2 V : 3 H
- Altura de talude entre bermas: 10 m
- Altura máxima final: 76 m (1240 - 1164)
- Inclinação geral do talude de jusante: 1V: 2,4H (~22,5°)
- Largura mínima das rampas de acesso: 12 m
- Inclinação de rampas: 10%
- Área da Pilha: 7 hectares
- Volume de acumulação total: ~ 1.708 mil m³ de rejeito

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

Unidades de Conservação/anuência

O empreendimento encontra-se inserido no entorno da Parque Municipal da Cachoeira de Santo Antônio, localizado no Município de Congonhas/MG. Em 04 de setembro de 2014 foi concedida anuência para ampliação do empreendimento, conforme ofício da Prefeitura Municipal de Congonhas assinado pelo Prefeito à época.

Em relação ao IPHAN, a empresa obteve anuência deste Instituto no que toca ao patrimônio arqueológico, (OFÍCIO/GAB/IPHAN/MG Nº 588/2016) e aos bens imateriais (OFÍCIO/GAB/IPHAN/MG Nº 257/2016), que foram avaliados em decorrência do processo em questão.

Em novembro de 2016 o IEPHA manifestou-se de modo satisfatório à continuação da operação do empreendimento (OF.GAB.PR Nº 1463/2016).

Recursos Hídricos

A Ferro+ Mineração S/A se situa na bacia estadual do rio Paraopeba, Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos SF3, pertencente à bacia federal do rio São Francisco. Para a ampliação objeto deste licenciamento não está prevista nenhuma intervenção em recursos hídricos.

Principais características dos recursos hídricos da região

A mina da Ferro+, alvo do presente estudo, está inserida na sub-bacia do rio Maranhão, tributário da margem direita do rio Paraopeba, que por sua vez integra a Bacia do rio São Francisco. Dentre outros afluentes, o rio Maranhão recebe as contribuições do rio Preto e do ribeirão Santo Antônio. Este, por sua vez, é formado pelos córregos João Pereira, Lagarto, além do córrego Engenho.

A sub-bacia do rio Maranhão é formada pelos ribeirões Bananeiras, dos Almeidas, Soledade, Colônia da Passagem, pelo córrego da Jacuba e pelos rios Casa de Pedra, Macaquinho, Maranhão, Preto, Santo Antônio e Ventura Luiz. Totaliza cerca de 714 km² de área na região central do Estado de Minas Gerais. A sub-bacia abrange a totalidade dos Municípios de Conselheiro Lafaiete e Congonhas, além de parte de Itaverava, Ouro Branco e Ouro Preto. A população da região é de, aproximadamente, 196 mil habitantes (IBGE, 2007). A região se caracteriza por importantes atividades minerárias e pela crescente expansão urbana. Estão presentes na sub-bacia do rio Maranhão indústrias como a Gerdau Açominas, CSN, Vale, Rio Doce Manganês. Segundo o Relatório de 2006 do projeto Águas de Minas, do IGAM, a média para o Índice de Qualidade das Águas (IQA) na sub-bacia do rio Maranhão foi classificado como ruim, sendo que as variáveis que mais contribuíram para esse resultado foram a turbidez e os coliformes termotolerantes. Nesse ano, chegou a ser registrado na localidade de Gajé (BP084) um valor 160 vezes acima do limite estabelecido pela legislação para a ocorrência de coliformes termotolerantes. Na região do empreendimento, as sub-bacias do rio Preto, na vertente leste da mina, e córrego Santo Antônio, na vertente oeste, são as principais contribuintes do rio Maranhão, dentre seus principais cursos d' água estão os córregos Ponciana, Buraco dos Lobos na vertente leste, e os córregos do Meio e do Cedro na vertente oeste.

Monitoramento

A Ferro+ Mineração mantém cinco pontos de monitoramento de água superficial e efluentes líquidos, em atendimento à condicionante ambiental de sua licença de operação, conforme figura abaixo



Figura 3: Localização dos pontos de monitoramento

CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES AMBIENTAIS

Item	Descrição da Condicionante	Prazo* A partir 30/10/2018)	Situação
01	Apresentar o protocolo do pedido de compensação ambiental nos termos do artigo 36 da Lei 9985/2000 (Lei do SNUC) e do Decreto Estadual nº 45.175/2009, a ser definida pela Gerência de Compensação Ambiental (GCA) do Instituto Estadual de Florestas (IEF).	60 (sessenta) dias.	Em 12/11/2018 foi protocolado (R 0187123/2018). Cumprida
02	Apresentar novo projeto de ampliação da cortina arbórea nos limites do empreendimento próximos a BR-040.	Na formalização da LO.	Em 12/11/2018 foi protocolado (R 0187124/2018) o projeto de cortina arbórea. Cumprida
03	Apresentar Programa de Educação Ambiental com base na DN 214/2017 acompanhado do cronograma e anotação de responsabilidade técnica.	Proposta em até 60 dias após a emissão da licença. A continuidade do programa deverá ser durante toda a vida útil do empreendimento, após aprovação do mesmo.	Em 12/11/2018 foi protocolado (R 0187128/2018) o PEA. Cumprida.
04	Dar continuidade aos programas de monitoramento hídrico, qualidade do ar e ruído, já em execução no empreendimento.	Durante a vida útil do empreendimento.	Em 12/11/2018 foi protocolado (R 0187130/2018) forma apresentadas cópias dos últimos monitoramentos hídricos, qualidade do ar e de ruído realizados no empreendimento. Atestando a continuidade dos programas. Cumprida.
05	Realizar pavimentação dos acessos entre as áreas de lavra e as rodovias. A pavimentação deverá manter a percolação da água das chuvas e evitar o carreamento de minério.	60 (sessenta) dias após a emissão da licença.	Em vistoria realizado no empreendimento foi constatado que as vias de acesso ao empreendimento já encontram-se pavimentadas.

06	Implantar sistema de lavador de rodas na saída do empreendimento ou sistema de controle similar para mitigar o lançamento de resíduos de minério na BR-040.	60 (sessenta) dias após a emissão da licença.	O lavador de rodas foi implantado.
07	Realizar o transporte de minério conforme a Resolução 293/2008 do CONTRAM.	Durante a vida útil do empreendimento.	Em 12/11/2018 foi protocolado (R 0187135/2018) foi apresentado documento informando que o empreendimento atende as regras da resolução 293/2008 do CONTRAM. A condicionante será inserida no âmbito da licença de operação.
08	Apresentar à SUPRAM CM comprovante de formalização de processo de compensação ambiental perante a Gerência de Compensação Ambiental (GCA) do Instituto Estadual de Florestas - IEF, para cumprimento do artigo 75 da Lei Estadual nº 20.922/2013.	30 (trinta) dias após a emissão da licença.	Em 12/11/2018 foi protocolado (R 0187137/2018). Cumprida

Em relação à condicionante nº 02, o empreendedor apresentou projeto de ampliação da cortina arbórea, com a devida ART, ampliando a cortina arbórea do empreendimento nas proximidades da BR-040. Será condicionante deste parecer a execução do projeto apresentado.

Em relação à condicionante nº 03, o empreendedor apresentou o novo PEA. A equipe técnica avaliou o PEA e elaborou Relatório Técnico nº 115/2018, que concluiu:

“O DSP e o PEA foram considerados insatisfatórios pela equipe técnica da SUPRAM CM, conforme os pontos citados abaixo:

- 1) A definição da amostra do público participante (interno e externo) da pesquisa não foi apresentada de forma coerente e embasada.*
- 2) O DSP apresentado não retrata uma realidade atual, foram relatados dados referente aos anos de 2013, 2015 e 2017, sendo que as metodologias participativas deveriam ter sido desenvolvidas após a solicitação do PEA via IC.*
- 3) Caso as referidas informações fossem utilizadas, principalmente o levantamento realizado em 2017, esta deveria ter sido adequada as diretrizes da DN nº214/2017.*
- 4) O questionário não abordou questões referentes às potencialidades e as recomendações para superação dos problemas socioambientais, considerando os impactos socioambientais do empreendimento. (art. 2, IV, da DN COPAM 214/2017).*
- 5) O questionário aplicado junto ao público interno e externo não aborda temas relacionados diretamente aos impactos do empreendimento.*
- 6) Foi utilizado no DSP apenas a metodologia da pesquisa via questionário semiestruturado, com um baixo percentual do público interno e externo, comprometendo assim a obtenção de resultados mais expressivos a respeito da*

realidade e percepções do público-alvo.

7) Não foram realizadas, no DSP, as reuniões de devolutivas com os públicos interno e externo. Essa reunião devolutiva é fundamental para definição de prioridades e para validar o PEA elaborado, em conjunto com o público envolvido.

8) O PEA deverá ser elaborado considerando a fase a qual está sendo protocolado no órgão ambiental, devendo ser apresentado assim, em nível executivo.

9) Caso o empreendedor tenha interesse em elaborar um PEA de forma unificada para mais de um empreendimento, deverá apresentar justificativa junto ao programa protocolado no órgão licenciador. O PEA Unificado deverá ser protocolado em todos os P.A's em questão.

10) O PEA deverá apresentar metas que expressem, de maneira quantitativa e/ou qualitativa, os objetivos propostos no programa. Os indicadores definidos deverão apresentar o progresso e resultados das ações propostas, garantindo a avaliação e monitoramento adequados do programa, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão para a continuidade ou reformulação dos projetos (ações).

11) Caso o empreendedor opte por propor ações no PEA, em parceria com outras empresas (DN 214/2017, art.11), estas deverão ser expressamente detalhadas quanto a participação de cada empreendedor na atividade, a metodologia utilizada, metas, indicadores e formas de monitoramento e avaliação.

12) O PEA poderá apresentar ações em parceria com outras empresas, desde as comunidades e impactos sejam similares a ambos os empreendimentos.

13) Especificar no PEA ações específicas do empreendimento que não condizem com parcerias junto a outras empresas.

Nesse sentido, o empreendedor deverá, além da pesquisa de percepção socioambiental, aplicar pelo menos uma outra técnica participativa com vistas a garantir uma participação mais efetiva das comunidades impactadas com a intenção de promover seu protagonismo, levantamento dos temas para os projetos de educação ambiental, baseado em seus anseios e suas percepções da realidade local. Desta forma, o DSP e PEA elaborados pela FRRO+ MINERAÇÃO foram considerados **insatisfatórios** pela equipe da SUPRAM CM pelos motivos explanados neste relatório técnico.

Por fim, o empreendedor deverá refazer o DSP, e em consequência, elaborar novo Programa de Educação Ambiental - PEA, considerando os pontos levantados neste relatório técnico, no prazo de 60 dias úteis, contados a partir do recebimento deste pelo empreendedor” .

Dessa forma, foi solicitada a apresentação de novo PEA.

RESERVA LEGAL

As áreas de reserva legal do empreendimento encontram-se averbadas nos registros de imóveis e registradas em cartório.

No âmbito da análise do processo houve atualização das matrículas de imóveis do empreendimento. Dessa forma, ocorreram as seguintes atualizações:

Matrícula de imóvel nº 3121 atualizada para Matrícula nº 16265

Matrícula de imóvel nº 1590 atualizada para Matrícula nº 13568

Matrícula de imóvel nº 7.655 atualizada para Matrícula nº 17837

No âmbito da análise do processo de APEF 00892/2014 foi feita realocação da reserva legal entre as três matrículas vinculadas ao empreendimento (Matrículas Nº 13568, 16265 e 17837). A realocação foi realizada conforme Termo de Compromisso de Preservação Florestal, já registrado nas três matrículas de imóveis e Auto de Fiscalização nº 48.828/2015.

Os Cadastros Ambientais Rurais das mesmas se encontram registrados no CAR:

- Registro no CAR: MG-3146107-3286A105A41047C5B8D4DCC244CE094E

A vegetação das áreas de Reserva Legal se encontra em bom estado de conservação, atendendo, assim, ao propósito da mesma e à legislação ambiental em vigor.

MEDIDAS MITIGADORAS

Todos os sistemas de controle ambiental já se encontram em operação no empreendimento, não sendo necessária a implantação de novos sistemas para a ampliação objeto deste licenciamento. Abaixo são apresentados os principais sistemas de controle implantados na área do empreendimento

Programa de Drenagem e Controle de Processos erosivos

Programa de Controle e Monitoramento das Emissões para a Atmosfera

Programa de Controle de Ruído e Vibração

Qualidade das Águas Superficiais e Efluentes Líquidos

Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD

Programa de Educação Ambiental

No âmbito do PCA foi apresentado o escopo do PEA. Entretanto, com a vigência da DN 214/2017, será solicitada a adequação do PEA para as diretrizes da nova Deliberação Normativa.

Outros programas que se encontram em operação no empreendimento:

- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
- Programa de Gestão de Segurança
- Programa de Comunicação e Informação Socioambiental

CONTROLE PROCESSUAL

O processo em questão encontra-se devidamente formalizado e instruído com a documentação listada no FOB nº 0776595/2018, constando nos autos, dentre outros documentos, o requerimento de Licença de Operação, o relatório de cumprimento de condicionantes referentes ao P.A. nº 23045/2010/003/2014 - LP + LI 116/2018 e as manifestações do IPHAN e do IEPHA, favoráveis ao empreendimento.

Em atendimento ao Princípio da Publicidade e ao previsto na Deliberação Normativa COPAM nº 13/1995, foram publicados pelo empreendedor, em jornal de grande circulação, a concessão da LP + LI nº 116/2018 referente ao P.A. nº 23045/2010/003/2014, e o requerimento da LO, bem como também publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, pelo órgão ambiental, o requerimento da LO.

Quanto aos custos de análise, foram juntados ao processo todos os comprovantes de pagamentos efetuados pelo empreendedor.

Trata-se de empreendimento classe 04 (quatro) e a análise técnica conclui pela concessão, da Licença de Operação, com validade de 10 (dez) anos, condicionada às determinações constantes nos Anexos deste Parecer Único. Deste modo, não havendo óbice, recomendamos o deferimento, nos termos do Parecer Técnico.

CONCLUSÃO

A equipe interdisciplinar da Supram Central Metropolitana sugere o deferimento desta Licença Ambiental na fase de Licença de Operação - LO, para o empreendimento Ferro + Mineração S.A., para a atividade de "Lavra a céu aberto com tratamento a úmido de minério de ferro e Pilhas de rejeito/estéril", no Município de Congonhas, MG, pelo prazo de 10 (dez) anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

Nestes termos, os Conselheiros que abaixo assinam se manifestam pelo deferimento Licença Ambiental na fase de Licença de Operação, ao empreendimento Ferro + Mineração S.A. PA 23045/2010/005/2018, DNPM's , 833.368/2010, 830.106/2014, 830/107/2014 e 830.108/2014, Classe 4 para as atividades já acima relacionadas , no município de Congonhas, MG, pelo prazo de 10 anos, aliadas às condicionantes listadas no anexo I .

João Carlos de Melo
Representante IBRAM

Francisco de Assis Lafeta Couto
Representante do SINDIEXTRA